

SEEDUC anuncia que nenhum ex-funcionário da FAEP receberá abaixo do mínimo

Medida valerá a partir de setembro. Sepe cobra migração para Faetec

No dia 07 de agosto, a ALERJ realizou uma audiência pública para debater a situação dos servidores da extinta FAEP (Fundação de Apoio à Escola Pública), que reivindicam a migração para a FAETEC (Fundação de Apoio à Escola Técnica) desde os anos 1990.

No debate, o subsecretário executivo da SEEDUC, Windson Maciel, anunciou que, a partir de setembro, nenhum servidor ex-FAEP receberá menos que um salário mínimo. Além disso, informou que os valores dos triênios e gratificações serão atualizados conforme os vencimentos. A SEEDUC também anunciou que criou nomenclatura específica - "CIEP" - para identificar esses servidores.

Também foi destacado que o governo do estado terá que aderir ao PROPAG (Programa de Plano Pagamento de Dívidas dos Estados), ajuste fiscal do governo federal. Como o programa exige investimentos em



Servidores da ex-Faep lotaram auditório da Alerj para a audiência pública

educação técnica de nível médio, a migração dos servidores ex-FAEP pode ser incluída nesse processo.

SEPE PRESENTE As coordenadoras gerais do Sepe Helenita Bessa e Rosilene Almeida participaram da mesa e reafirmaram o apoio à histórica reivindicação dos servidores: a migração para a FAETEC, com garantia de isonomia salarial e inclusão no plano de carreira da fundação, incluindo a retroatividade. A luta destes servidores é legítima e o

atendimento da reivindicação pela migração (ativos e aposentados) é uma reparação de uma injustiça.

A audiência foi convocada pela Comissão de Servidores Públicos, presidida pelo deputado estadual Flavio Serafini (PSOL). Fizeram parte da mesa os deputados Luis Paulo (PSDB), vice-presidente da Comissão, e Professor Josemar (PSOL), que inclusive foi servidor da FAEP; além de Alexandre Valle Cardoso, presidente da FAETEC, e Claudia Oliveira, servidora da extinta FAEP. ■

ATO EM BRASÍLIA COBRA APROVAÇÃO DO PL 2531, DO PISO DOS FUNCIONÁRIOS



Delegação do Sepe em Brasília

A Secretaria de Funcionários do Sepe participou em 6 de agosto do Ato Nacional Pelo Piso Salarial dos Funcionários da Educação, organizado pela CNTE em Brasília. O sindicato enviou ônibus com 42 profissionais, que retornaram no mesmo dia. O PL 2531/2021 tramita no Congresso, tendo sido aprovado em várias comissões, como a de Educação, e o objetivo é que seja votado no Plenário da Câmara dos Deputados, para depois seguir ao Senado e ser enviado para a sanção do presidente Lula. ■



SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
Rua Evaristo da Veiga, 55, Centro,
Rio de Janeiro, RJ. CEP 20031-040
Recepção: (21) 2195-0450.
Departamento Jurídico: (21) 2195-0457/0458
(Agendar atendimento, 11h às 16h).

www.seperj.org.br

instagram.com/sepe_rj
facebook.com/Seperj
youtube.com/SepeRJoficial
twitter.com/RjSepe



bit.ly/SejaSepe



INFORMATIVO DO SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
EDIÇÃO REDE ESTADUAL
Nº 63 | Finalizada em: 13/08/2025. Atualizada em 15/08.

ANOTE NA AGENDA

- ▶ **19/08** - Plenária do coletivo estadual de aposentadas(os), 09h30, SEPE-RJ.
- ▶ **26/08** - Plenária online sobre migração. 19h, pelo zoom.

Rede estadual fará assembleia no dia 13 de setembro

A direção do Sepe definiu a data da assembleia da rede estadual: 13 de setembro, às 14h, no Club Municipal (Rua Haddock Lobo, 359 - Tijuca). Pela manhã, haverá reunião do Conselho Deliberativo, no mesmo local.

Segundo estudo do Sepe-Dieese, os salários dos profissionais da educação estadual, em 30 de abril de 2025, mantinham apenas 66,25% do poder de compra de 1º de julho de 2014. Por isso, nossa luta deve exigir:

- ▶ Implementação do piso nacional do magistério e do piso para os funcionários;
- ▶ Pagamento das parcelas restantes da recomposição acordada pela ALERJ e governo.



CALENDÁRIO EM AGOSTO E SETEMBRO, ATÉ A ASSEMBLEIA

- ▶ Visitas às escolas com material do Sepe.
- ▶ Eleições de representantes de escola.
- ▶ Corrida aos gabinetes na ALERJ com a pauta da categoria.
- ▶ Plenárias sobre migração, reforma do ensino médio e animação cultural.
- ▶ Assembleias locais, nas regionais e núcleos (até 11/09).

Compare: quantas cestas básicas você comprava há 10 anos com seu salário* e quantas compra hoje



*Vencimento-base, no nível inicial. FONTE: SEPE/DIEESE.

PROFESSOR(A)	Nível	CESTAS EM JUL/14	CESTAS EM ABR/25
Docente I 16h	3	3,57	1,66
Docente I 30h	3	6,70	3,12
Docente II 22h	1	2,85	1,32
Professor, Supervisor, Orientador Educ. e Inspetor Escolar 25h	3	5,58	2,60
Docente I 40h	3	8,93	4,15
Docente II 40h	1	5,69	2,65
FUNCIONÁRIO(A)			
Nível Superior 40h	I	4,73	2,20
Nível Médio 40h	I	3,76	1,75
Nível Fundamental 40h	I	2,98	1,39
Nível Elementar 40h	I	2,37	1,10

PARTICIPE DO PLEBISCITO POPULAR POR UM BRASIL MAIS JUSTO



Movimentos sociais, organizações, centrais e sindicatos, incluindo o Sepe, juventude, artistas, entidades de fé e partidos progressistas estão realizando em todo o país o Plebiscito Popular por um Brasil mais justo. O Plebiscito é instrumento de mobilização do povo e de pressão política sobre os poderes. Tem como objetivos a organização nos territórios e o trabalho

de base, a defesa da soberania nacional e a divulgação das lutas pelo fim da escala 6x1, por justiça tributária e pelo direito à água e saneamento.

A votação vai **ATÉ 7 DE SETEMBRO**, com milhares de urnas em todo o Brasil, cadastradas por pessoas ou por entidades. O Sepe instalou uma urna fixa em sua sede central (Rua Evaristo da Veiga, 55/7º andar) e em vários núcleos e regionais. Participe! ■

AS PERGUNTAS NA CÉDULA

■ Você é a favor da redução da **jornada de trabalho** sem redução salarial e do fim da **escala 6x1**?

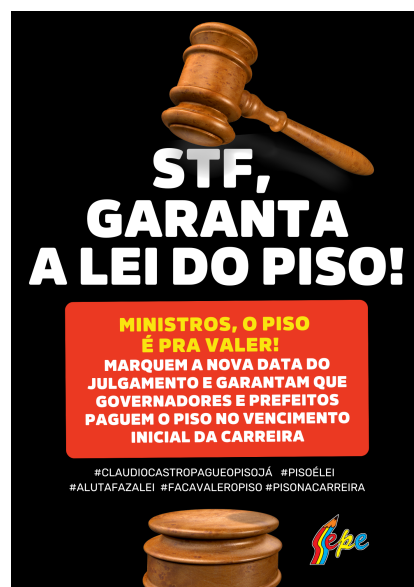
■ Você é a favor de que quem ganhe mais de 50 mil por mês pague mais **imposto de renda** para que quem recebe até 5 mil por mês não pague?

■ Você concorda que a **água e o saneamento** devem ser considerados um direito de todos e não mercadoria para dar lucro?

Julgamento do Piso Nacional do Magistério ainda não entrou em pauta

O Tribunal Federal (STF) suspendeu em 8 de maio o julgamento da lei do piso nacional do magistério, que iria ocorrer em sessão virtual do tribunal. O Supremo suspendeu a sessão após pedido da CNTE para que o julgamento fosse feito em formato presencial. Até o momento, o relator do caso, ministro Cristiano Zanin, não decidiu sobre o pedido.

No entendimento da CNTE, corroborado pelas entidades filiadas, incluindo o Sepe, um julgamento de tamanha importância deve ter o acompanhamento presencial, permitindo que as sustentações orais dos advogados sejam feitas normalmente, aumentando nossa chance de vitória. ■



Adesivo do SEPE-RJ

Governo estadual mente ao alegar que Regime de Recuperação impede o pagamento da recomposição

Governador terá sobra de R\$ 4 bilhões neste ano

Uma das alegações de Cláudio Castro é a de que não pode conceder a recomposição por limitações da Lei de Responsabilidade Fiscal, do Regime de Recuperação Fiscal e até da própria Lei 9.436/21, que o impediriam de pagar as parcelas restantes de recomposição das perdas salariais de 2017 a 2021. A lei foi aprovada na ALERJ e teria que ter sido paga em parcelas em 2023 e 2024 (13,05% divididos em duas vezes). O governador também afirma estar impedido de conceder reajuste.

Segundo o deputado Flávio Serafini (PSOL), da Comissão de Servidores Públicos da Alerj, os 13,05% do calote nos servidores custariam menos de R\$ 3 bilhões até o fi-

nal do ano de 2025 para o governo do Estado, lembrando que na Lei Orçamentária Anual (LOA), está fixado um valor/ano de R\$ 71 bilhões com gastos com pessoal.

Os dados mostram que o governo estadual vai fechar o ano de 2025 gastando menos de R\$ 67 bilhões com pessoal. O que significa que o governador teria uma margem de R\$ 4 bilhões, que podem ser destinados para a recomposição salarial, de acordo com o que está fixado na LOA. Assim, daria para pagar a recomposição e ainda sobraria mais de R\$ 1 bilhão. Dinheiro tem! Mas Cláudio Castro não se importa com a educação e com quem educa! ■

Sepe repudia demissão e punições de profissionais e aumento das perseguições políticas na SEEDUC

O Sepe repudia a decisão da SEEDUC que sem respeito ao direito de defesa demitiu arbitrariamente o professor João Paulo Cabrera e suspendeu as professoras Andrea Cassa e Mônica Lemos, por 20 dias.

As punições, publicadas no Diário Oficial do Estado em 11 de agosto, só confirmam as denúncias do Sepe sobre o avanço do autoritarismo no governo estadual e na SEEDUC. Desde 2020, tivemos um aumento exacerbado de processos administrativos (PADs) e sindicâncias levadas a cabo pela Corregedoria do órgão, sob a liderança de um militar, pouco afeito à dinâmica do chão das escolas e muito menos das relações existentes no contexto escolar.

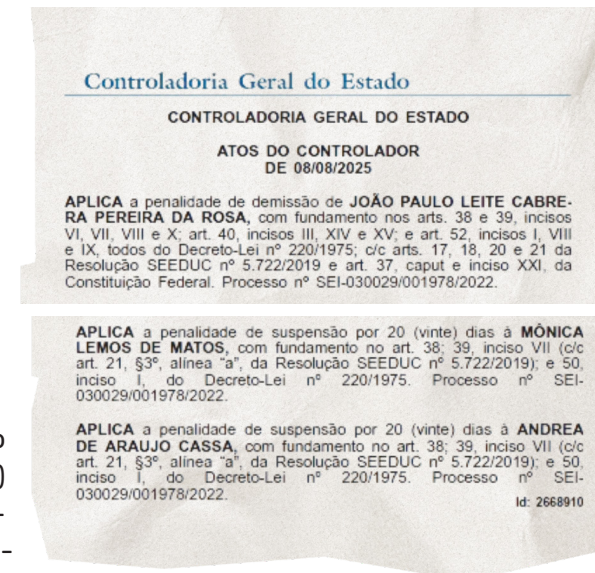
Os profissionais contestam a punição, apontando vários erros que comprometeriam o devido processo, tais como: o impedimento da defesa se manifestar após a finalização do relatório e da apresentação de provas, além da falta de di-

ligências e da garantia do amplo direito à defesa.

Cabrera, inclusive, sofreu várias sindicâncias e PADs nos últimos anos. O profissional é chargista/cartunista e já denunciou ativamente as perseguições políticas na SEEDUC, como integrante do Grupo de Trabalho (GT) do Sepe sobre a questão e sendo um dos principais responsáveis pela edição do Relatório deste GT, em parceria com o Observatório Nacional de Violência Contra os Educadores (ONVE/UFF).

O relatório (bit.ly/41v40mA) apurou que entre janeiro de 2020 e maio de 2024 foram abertas 1.320 sindicâncias contra profissionais da rede estadual, praticamente uma por dia. O pico foi em 2022, ano eleitoral, quando quase 500 sindicâncias foram abertas. Um dos ca-

sos emblemáticos é o da professora Daniela Abreu, de Magé, que foi perseguida, precisou deixar a escola e responde a processos administrativos. O sindicato está analisando as medidas cabíveis e convoca a categoria a se somar à luta contra a arbitrariedade. Um manifesto foi produzido e uma petição online, disponíveis no site do Sepe. ■



Plataforma para ações 'Nova Escola 2003' e 'Nova Escola Aposentados - Remanescentes' está disponível no site do Sepe. Confira se você tem direito

O Sepe informa que já está funcionando a plataforma para que os servidores possam manifestar interesse em seguir e disponibilizar a documentação necessária ao sindicato para a execução das ações "Nova Escola 2003" e "Nova Escola Aposentados Remanescentes".

Toda a documentação será colhida nesta plataforma e a responsabilidade por preencher e enviar os

documentos será do(a) servidor(a); portanto, o(a) servidor(a) não precisa mandar nenhum documento físico para o Sepe ou para Núcleos e Regionais.

Para quem tiver dúvidas ou dificuldades na operação, o sindicato montou um atendimento especial na sede estadual, diariamente, da 10h às 18h, no 7º andar. E um número telefone exclusivo para estas ações: **(21) 2195-0456.** ■

Veja se você tem direito e acesse todas as informações pelo QR-Code abaixo



acoesjudiciais.seperj.org.br